

A IMPRENSA: “UM JORNAL PARAIBANO A SERVIÇO DA SOCIEDADE” (1897-1903)

Simone Bezerril Guedes Cardozo
Doutoranda – UFPE
E-mail: simone.bezerril@gmail.com

Este artigo apresenta como objeto de análise um jornal de natureza católica que circulou em terras paraibanas do final do século XIX até princípios da segunda metade do século seguinte. Trata-se do periódico *A imprensa*, fundado pelo então arcebispo da Paraíba, Dom Aducto Aurélio de Miranda Henriques. Identificado em seu subtítulo como “Orgam Hebdomadário, noticioso e religioso”, o veículo manteve-se atuante de 1897 a 1968, embora, por pressões políticas (ARAÚJO, 1986), tenha tido suas atividades jornalísticas interrompidas em diversos momentos. A disponibilidade de seus exemplares ao público se deu durante três fases: 1897-1903, 1912-1943, 1946-1968.¹

A proposta é examinar que ideais o jornal *A Imprensa* propagou naqueles que seriam os anos iniciais da implantação do regime republicano no Brasil, buscando apontar que visões de mundo, que projeções de futuro e que ideia de sociedade tomaram conta de suas páginas, sem desconsiderar, obviamente, o contexto histórico em questão. O foco aqui privilegiado recairá sobre a primeira fase do jornal, que compreende o espaço temporal que parte de seu surgimento até 1903.

Com o advento da República no Brasil, ocorrido em 1889, a Igreja Católica teve que lidar com a perda de espaço na esfera política do poder, pois já não era mais a religião oficial do Estado. Além disso, enfrentava uma vertente anticlerical do liberalismo. Não é de se espantar que sua posição fosse combativa em relação ao republicanismo. Na trilha da historiadora Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, a “República sem Deus constituiu-se um dos temas mais discutidos no periodismo católico” (1994, p.

¹ O acervo do referido periódico encontra-se localizado no Arquivo da Cúria (toda a coleção compreende 5.815 exemplares, encadernados em 88 volumes), que fica no Mosteiro de São Francisco, em João Pessoa. Os exemplares referentes à fase inicial não estão disponíveis ao público devido ao péssimo estado de conservação no qual se encontram, contudo é possível ter acesso a alguns deles em formato digital por meio do projeto “Jornais e Folhetins Literários da Paraíba no século 19”, que abriga, desde 2007, projetos de pesquisa financiados pelo CNPq que, tomando como corpus os jornais paraibanos, tenta reconstituir, as categorias históricas das práticas leitura e de escrita do século XIX, na Paraíba. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/> Acesso em: 11/06/2017.

51). Segundo a autora, continuamente era reafirmado o discurso que versava sobre a “necessidade de cristianizar a República”.

Têm-se dois pontos relevantes neste artigo: um jornal como fonte e objeto de estudo histórico, bem como uma cultura política sendo disseminada e buscando se fazer dominante por meio das páginas de um periódico religioso. Dessa maneira, torna-se necessário, antes de continuar abordando o jornal *A Imprensa*, tecer algumas considerações sobre tais temáticas. Primeiramente, ao se trabalhar com um jornal como fonte ou objeto de pesquisa é preciso estar atento, como assevera Tania Regina de Luca (2005), aos aspectos que norteiam sua materialidade, como o tipo do suporte, a estruturação e hierarquização das matérias, os temas abordados, o público almejado e a construção dos enunciados, pois tudo é indício de significados e nada tem de natural.

Mas, nem sempre os jornais foram considerados documentos relevantes para os estudos históricos. Por muito tempo, foram classificados como fontes duvidosas, concepção herdada da corrente historiográfica positivista, ou metódica, que lhes atribuía um caráter subjetivo e parcial. Assim, durante a primeira metade do século XX, os jornais se viram negligenciados pela historiografia nacional, embora também existisse, ao mesmo tempo, uma parcela de pesquisadores que utilizavam a produção jornalística de forma não crítica, tratando-o como espelho da realidade (CAPELATO, 1988).

Novas concepções sobre os periódicos começaram a se apresentar no universo historiográfico brasileiro a partir da década de 1970, sendo resultado, sobretudo, segundo Tania Regina de Luca (2005), das transformações do interior do conhecimento histórico, de sua aproximação com outras áreas e das mudanças ocorridas no cenário social.

Desde então, o crescente uso dos jornais como fontes e objetos não apenas despertou, entre os historiadores, uma preocupação em se elaborar metodologias específicas para se trabalhar com esse tipo de documento. Da mesma forma, a constante utilização dos impressos jornalísticos, por parte dos historiadores, contribuiu para o alargamento de temas a serem estudados, comprovando, desse modo, sua potencialidade para a investigação de conteúdos diversos, possibilitando aos pesquisadores desenvolver abordagens múltiplas, tais como: gênero, infância, trabalho, práticas socioculturais e políticas (DE LUCA, 2005).

Como asseveram as historiadoras Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto (2007), o jornal não tem a missão de se transformar em fonte futura para o historiador, sua função é outra e circunstanciada. Defendem que o enquadramento documental é tarefa do pesquisador.

Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador e que supõe seu tratamento teórico e metodológico. Trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa /sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258).

É preciso estar ciente do fato de que a imprensa só pode ser analisada à luz do seu tempo histórico, devendo-se vislumbrá-la a partir das redes de sociabilidades estabelecidas por ela, pois, como ressalta Robert Darnton (1996), os impressos se constituem em uma força ativa na sociedade, sendo mais ingrediente no processo do que registro.

Nesse direcionamento, o periódico jornalístico se constitui não apenas em uma importante fonte de pesquisa para o historiador, por retratar o meio sociocultural e político no qual está inserido, mas como um relevante objeto de estudo para o campo da historiografia, pois sua inserção na sociedade não se dá só pela representação dos acontecimentos que nela se verificam, mas, principalmente, pela dinâmica que imprime na configuração dos próprios fatos. Trata-se, sobretudo, de agentes simbólicos, produtores de sentidos.

Dessa maneira, algumas questões são consideradas primordiais ao se analisar um periódico, como estas elencadas por Cruz e Peixoto:

Nossas perguntas iniciais e centrais são relativas à como determinada publicação se constitui com força histórica ativa naquele momento, isto é, como se constitui como sujeito, como se coloca e atua em relação à correlação de forças naquela conjuntura, quem são seus aliados ou amigos? Que grupos ou forças sociais são identificados como inimigos, adversários ou forças de oposição? (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 260).

Como bem alertam as citadas historiadoras, os veículos, seja ele jornal, revista ou outro tipo, não nasceram prontos, são antes de tudo “produto da experimentação e da criação social e histórica”. Assim, nesse processo de configuração, os conteúdos e as

formas, bem como “as convenções sobre como deve ser feito e o que deve conter um determinado jornal ou revista são negociados social e culturalmente, num espaço de um diálogo conflituoso sobre o *fazer imprensa* a cada momento histórico” (2007, p. 260).

Por outro lado, as renovações nos estudos sobre História Política² foram essenciais para a ampliação do conceito de documento histórico, tendo a imprensa ganhado espaço significativo em pesquisas que se encaminhavam pelas trilhas dessa categoria de análise.³ Sobre a Nova História Política, destaca-se o historiador René Rémond, responsável pela organização da Coletânea *Por uma história política*, publicada na década de 1980, um verdadeiro manifesto em defesa do estudo do político.⁴

Diante do exposto, sigo os passos de Pierre Rosavallon (2010), que compreende o político como um campo ampliado da política, ou seja, que não fica aquém das questões partidárias ou exclusivamente na esfera do poder dominante, mas implica em um modo de também perceber o universo sociocultural, pois, segundo o autor, o político é “operado pela mobilização dos mecanismos simbólicos de representação” (2010, p. 30), e por que não dizer de intermediação, como a atuação da imprensa na sociedade, por exemplo.

Na conexão entre História Cultural e Histórica Política, um novo quadro de conceituação vem à tona: cultura política. Com base em autores como Serge Berstein (1988), que discorreu sobre a noção, considerando sua existência tanto no singular

² Para saber mais sobre o declínio e o “retorno da história política”, ver: BARROS, José d’Assunção. História social e retorno do político. In: SCHURSTER, Karl; SILVA, Giselda Brito; MATOS, Júlia Silveira. *Campos da política*. São Paulo: LP-Books, 2012, p. 10-47.

³ “Os objetos da História Política passam a ser todos aqueles que se mostrem atravessados pela noção de ‘poder’ em todas as direções e sentidos, e não mais exclusivamente de uma perspectiva da centralidade estatal ou da imposição dos grupos dominantes” (BARROS, 2012, p. 28). Ressalta-se que os escritos de Michel Foucault tiveram influência primordial na abrangência da compreensão da concepção de poder. Ver: BARROS, José d’Assunção. História social e retorno do político. In: SCHURSTER, Karl; SILVA, Giselda Brito; MATOS, Júlia Silveira. *Campos da política: discursos e práticas*. São Paulo: LP-Books, 2012, p. 10-47.

⁴ A obra reúne artigos de diversos autores que ao proporem a análise de diferentes objetos de estudo argumentaram em direção aos enfoques, ao *corpus* documental e às renovações metodológicas que condicionaram o surgimento de uma história política diferenciada daquela que vigorava de prestígio desde o século XIX e que fora tão rejeitada, a partir da década de 1930, pela crítica dos *Annales*, que a caracterizou como superficial, elitista e individual. Entretanto, como argumenta René Rémond (2003), o contato com diversas ciências sociais culminou na eclosão de um novo pensamento político revestido pela interdisciplinaridade. Ver: REMOND, René. Uma história presente. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 13-36.

quanto no plural, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta aponta como adequada a seguinte definição para a categoria cultura política:

Conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (MOTTA, 2009, p. 21).

Dentre os vetores pelos quais passam a integração e disseminação das culturas políticas, na indicação de Serge Berstein (1998), a mídia ganha destaque, no caso em foco o jornal impresso *A Imprensa*, cuja atuação, em sua primeira fase (1897-1903), recorte deste artigo, mostra como igreja a católica e seu veículo oficial articularam ideais sociais, como a defesa de valores morais e éticos calcados em princípios cristãos, bem como mobilizaram discursos e visões de projetos futuros de sociedade, no contexto republicano.

Ao se considerar um veículo a serviço da sociedade, atribuição encontrada em seus diversos discursos, o jornal *A Imprensa*, que gozou de prestígio perante a opinião pública (ARAÚJO, 1986), estava aberto às demandas do seu tempo histórico. Vale ressaltar que embora um determinado jornal seja denominado religioso, não se pode negar que todo e qualquer meio de comunicação tenha natureza política, pois o próprio ato de veicular algo implica um processo de seleção e escolha, ou seja, um projeto editorial.

O periódico em questão não se restringia a abordar temáticas religiosas ou de ordem eclesiástica, mas uma série de questões, como, por exemplo, o próprio papel do jornalismo. *A Imprensa* se encontrava em constante diálogo com o meio social no qual se encontrava inserido, e não poderia ser de outra forma, pois não se pratica jornalismo à margem da sociedade, independentemente da época em questão.

Sem dúvidas, para *A Imprensa* o “bom cidadão” seria o “bom cristão”, e esse era o papel que acreditava desempenhar, enquanto imprensa autodenominada de “boa”, contra aquele seguimento que, de acordo com a visão do periódico, veiculava ideias anticlericais. Em editorial intitulado “O jornalismo”, publicado em 6 de julho de 1902, assim o citado impresso objetiva se legitimar:

É sempre com máximo interesse que nos ocupamos da atitude que deve assumir o jornal na sociedade, pois que, não há dúvida, o bom jornal está

destinado a ser a garantia do indivíduo e da mesma sociedade. Este ponto tem sido elucidado por penas fulgurantes e deve chamar muito a atenção dos leitores que devem olhar no bom jornal uma escola de ótimos ensinamentos e de moral pura, ao passo que no mau jornal, verdadeiro vulcão a derramar lavas que tudo aterram e aniquilam não há senão veneno letal [...] Ensinar a verdade e, ilustrar o cidadão, descortinando-lhe o caminho recto do progresso tal é a nossa missão e nunca desviar a atenção pública deste fim. [...] Cumpramos o nosso programa e assim a nossa missão estará realizada e a consciência jamais nos arguirá de destruidores dos elementos indispensáveis à formação da família (*A Imprensa*, Editorial, 6 de julho de 1902).

A presença de críticas à gestão governamental vigente, em nível federal, era constante nas páginas de *A Imprensa*. Em editorial do dia 21 de novembro de 1897, por exemplo, aparece veiculada uma crítica aos poderes constituídos em virtude do país ainda comportar um grande número de analfabetos, com enfoque direcionado ao desprezo por parte das autoridades:

O povo chora e geme sob penúria e misérias [...] Quem se daria ao trabalho de enumerar os males tantos que está sujeito o pobre povo? [...] Se olha para o corpo, é uma miséria. Se olha para o espírito, é um horror. Quanto ao corpo, está sob as vistas das maiores míopes. Quanto ao espírito, basta de dizer, que talvez mais de duas terças partes de nossa população não sabe assinar o nome (*A Imprensa*, 21 de novembro de 1897).

O analfabetismo voltou ser pautado na edição da semana seguinte do jornal. Em editorial do dia 28 de novembro 1897, vê-se a problemática novamente apontada e sua implicação para o mundo político: “O analfabeto é o infeliz que sofre todas as privações sociais [...] Quem não sabe nem ler nem escrever não tem a capacidade precisa de intervir com o seu voto na direção dos negócios públicos” (*A Imprensa*, 28 de novembro de 1897).

Ao se analisar o trecho anteriormente transcrito, e pelo teor de todo o editorial, é perceptível como a noção de cidadania para o referido impresso perpassa os direitos políticos, mas também o entendimento de uma política pública de educação, ao defender a instrução obrigatória como requisito básico do cidadão, como revela esta outra passagem do citado editorial: “Em ultima analyse, derrama-se a instrução sobre a cabeça do povo, como diz Chateaubriand, de-se esse baptismo” (*A Imprensa*, 28 de novembro de 1897).

Como já salientado, é impossível desconsiderar a necessidade de se trabalhar um jornal como um todo, buscando entender como dado veículo opera o processo de

produção e apresentação de seu material jornalístico, as funções autoatribuídas e sua constante articulação com o meio social no qual está inserido. De tal forma, sabendo-se que os periódicos não têm nada de natural, como mencionado nas primeiras linhas deste artigo, irei discorrer, a partir de agora, sobre a materialidade do jornal *A Imprensa*, buscando pistas e indícios sobre sua atuação por meio da formação material apresentada, de suas estratégias de destruição e vendas, bem como do corpo de colaboradores, valores, colunas, tiragens, diagramação e anúncios.

A Imprensa circulava semanalmente pelo estado, sempre aos domingos, e se apresentava aos seus leitores por meio de quatro folhas escritas, sendo cada uma delas dividida em cinco colunas, sem presença de ilustrações. Com formato 47 x 33 (largura x altura), verifica-se que dispunha de algumas sessões, embora não fossem veiculadas de forma sistemática, ou seja, respeitando uma organização fixa de distribuição do material produzido, uma vez que uma das principais características dos impressos jornalísticos do XIX era a ausência de disciplina quanto à fixação de colunas e apresentação de seus conteúdos.

Sempre no rodapé, o periódico reservava um espaço destinado à publicação de folhetins, um tipo de gênero, que vinha sem assinatura do autor ou com pseudônimos,⁵ bastante comum no século XIX. Duas outras sessões que compunham a diagramação do referido jornal também chamam atenção: Tabela de Preços, onde se verificava o valor dos alimentos mais consumidos na época, despertando o interesse do público em geral; e Anúncios, que propagava produtos diversos disponíveis no mercado, fato que aponta para a não dependência total do jornal quanto à venda de assinaturas.

A Imprensa possuía oficina própria, que se constituía também em uma tipografia com a mesma denominação (informação extraída dos cabeçalhos de suas edições). Lá, além de imprimir as páginas do veículo religioso, prestavam-se vários serviços de impressão para a sociedade. As atividades comerciais da gráfica eram divulgadas na

⁵ No livro *Jornal e literatura: a imprensa brasileira no século XIX*, publicado em 2007 pela editora Nova Prova, a pesquisadora Socorro de Fátima Pacífico Barbosa aborda o motivo pelo qual os escritores da época não assinavam os trabalhos que publicavam nos periódicos, além de elaborar a tese que compreende a imprensa como parte da Literatura brasileira, sendo responsável pela criação de alguns gêneros literários, como a crônica e o conto, e pelo desenvolvimento de outros, como o romance, a partir dos folhetins. Ver: BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. *Jornal e literatura: a imprensa brasileira no século XIX*. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.

sessão de anúncios do jornal oficial da Igreja Católica, como pode ser observado em uma edição de janeiro de 1902:

Avisa-se que nesta typographia preparam-se cartões de visita, annuncios, cartas de qualquer, recibos, e todos trabalhos concernentes à arte typographica. Garante-se perfeição em material e nitidez desde que recebemos novos e precioso sortimento – Modalidade em preços (A Imprensa, 12 de janeiro de 1902).

Tanto a redação quanto a oficina do periódico *A Imprensa* situava-se no prédio 131, localizado à Rua Direita, atual Duques de Caxias, onde permaneceu até 18 de agosto de 1901. A partir desse momento, segundo pesquisa realizada por Ricardo Grisi Veloso (2003), notário do Arquivo Eclesiástico da Paraíba, a oficina gráfica seria transferida para o Monteiro de São Bento, que se encontrava na Rua Nova, hoje General Osório, tendo aí funcionado até novembro de 1903, quando as atividades de *A Imprensa* foram encerradas por suposta falta de verbas. Entretanto, durante esse período de fechamento, por volta de 1906, Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques publicou o Boletim Eclesiástico da Diocese, destinado à divulgação dos atos diocesanos, de circulação mensal.⁶

Mediante sua dimensão material e comercial, observa-se que se tratava de um periódico que mantinha uma relação estreita com a sociedade. A produção dos conteúdos que eram veiculados em suas páginas se pautava por uma necessidade econômica, por meio da sessão de anúncios, e, talvez, pela preocupação em ampliar o público leitor ao trazer, em suas páginas, tópicos que interessariam a um grande número de pessoas independentemente se fossem ou não católicos, como tabelas de preço de alimentos e tiras de folhetim – certamente agradava a muita gente acompanhar o desenrolar de romances.

Por outro lado, possuir uma gráfica própria, que prestava serviços extrainstitucionais, como a confecção de cartões de visita, por exemplo, além de ter

⁶ A partir de 1912, quando *A Imprensa* volta a circular, a direção e a oficina do jornal religioso funcionavam no Palácio do Carmo. Depois foram transferidas para uma sede própria, na antiga sede da confederação católica, que à época estava situada na Praça do Carmo, atual Praça Dom Adauto. Novamente fechado em 1942, o referido jornal e sua oficina só voltariam a funcionar em 1946, encerrando definitivamente suas atividades na década de 1960. VELÔSO, Ricardo Grisi. Jornal A Imprensa. In: *Informativo da Arquidiocese da Paraíba*. Ano VIII, abril de 2003.

impresso até mesmo um periódico não religioso (*O Combate*, em 1902), demonstra como *A Imprensa* era um jornal bastante estruturado e dinâmico.

Nota-se que, ao longo dos anos e das diferentes fases, o periódico religioso foi modificando a aparência de sua marca, sintetizando o cabeçalho de apresentação e alterando suas dimensões, embora com diferenças mínimas. Também, por um tempo, teria deixado de ser semanalmente publicado e passado a ser diário, tendo ainda uma fase bimestral.⁷

No decorrer da primeira fase do citado jornal católico, havia a possibilidade de assinaturas semestrais e anuais. Como pode ser verificado na parte superior da primeira página de cada edição, cobrava-se 12 mil reis a quem desejasse fazer assinatura do jornal por período de um ano, sendo a metade do valor para assinaturas por semestre. Ainda havia a possibilidade de assinatura para quem residisse fora da Capital (com acréscimo de dois mil reis para a primeira categoria e de mil reis para a segunda), o que comprova a circulação de *A Imprensa* pelo estado. Entretanto, percebe-se que a publicação da diferença de valores para assinantes tanto da Capital⁸ quanto de outras localidades não é mais veiculada a partir de edições de 1902.

Quanto ao quadro de colaboradores, de acordo com informações citadas na tese de doutorado de Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (1994), se constituía de padres, médicos e homens letrados da sociedade paraibana. Nessa direção, dentre alguns dos nomes que figuravam na lista de colaboração para o periódico, estavam: Dr. Antônio Alfredo da Gama e Melo, Dr. Gonçalo de Aguiar Boto de Meneses, Dr. Cícero Moura e Dr. Isidro Gomes. Outra verificação diz respeito ao fato de que da data da inauguração até 1903, a direção do referido jornal ficou a cargo dos padres José Tomás Gomes da Silva e Manuel Antônio de Paiva.

Também chama atenção o processo de distribuição do periódico em foco. Seguindo os apontamentos de Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (1994), os vigários contavam com espaço para a divulgação de seus trabalhos paroquiais nas folhas de *A Imprensa*, mas, em contrapartida, eram obrigados a assinar o periódico e promover sua divulgação nas paróquias que estavam sob suas reponsabilidades. A historiadora ainda

⁷ Durante todo o tempo que circulou, em diferentes fases, o tamanho do jornal sofreu uma variação cuja média ficou entre 52 x 37. Foram verificadas, no acervo, edições bimestrais a partir de exemplar de 1921.

⁸ Na época, a Capital da Parahyba tinha o mesmo nome da província. Atualmente, denomina-se João Pessoa.

ressalta a existência de uma estratégia de vendas, ao constatar que “os agentes encarregados de vender” os exemplares poderia ser o vigário ou alguém designado por ele. “Esse esquema deu certo, levando até ao aumento das tiragens, mas, em seguida, as assinaturas foram deixando de ser renovadas, inviabilizando a manutenção do jornal” (1994, p. 166).

Salienta-se que não foi possível saber a tiragem dos exemplares nessa primeira fase, condição que contribuiria para se ter uma melhor noção sobre a dimensão do público atingido pelo periodismo *A Imprensa*. No entanto, a oferta de assinaturas para dentro e fora do estado já indica o grande alcance de leitores que o jornal pode ter atingido.

Sem dúvida, as palavras da historiadora francesa Arlete Farge (2011) são coerentes e instigantes ao pronunciar que é preciso deixar o documento falar e, para isso, é imprescindível saber ouvi-lo. Dessa maneira, e na direção já apontada por Tania Regina de Luca (2005), acredito que este artigo atendeu ao objetivo indicado, pois o propósito foi de apresentar um estudo, ainda parcial e no início, sobre a cultura política disseminada por um jornal paraibano nos primeiros anos da República no Brasil, implantada em 1889.

Diante do exposto, saliento que o recorte aqui apresentado, que enfoca a primeira fase do jornal *A Imprensa* (1897-1903), integra uma análise mais abrangente, envolvendo outros periódicos, concernentes à pesquisa que desenvolvo no doutorado, e cujos escritos preliminares, venho partilhando com aqueles pesquisadores que, assim como eu, têm fascínio pelos estudos históricos que envolvem jornais sob a ótica da História Política e Cultural, tendo como foco a dimensão da cultura política.

REFERÊNCIAS

Fonte

Jornal *A imprensa* (1897-1903)

Bibliografia

ARAÚJO, Fátima. *Paraíba, imprensa e vida*. 2 ed. João Pessoa: Grafset, 1986.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Rio de Janeiro: Estampa, 1998, p. 349-463.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. Projeto História, São Paulo, PUC, n. 35, p. 253-270, Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Acesso em 17 de julho de 2019.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução Impressa: A imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1996.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: PINSKY, Carla (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. *Igreja e romanização: ampliação da Diocese da Paraíba – 1894/1890*. 1994. Trabalho de conclusão de curso (tese) – Curso de História, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 13-37.

REMOND, René. Uma história presente. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 13-36.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

VELÔSO, Ricardo Grisi. Jornal A Imprensa. In: *Informativo da Arquidiocese da Paraíba*. Ano VIII, abril de 2003.